Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Aspectos sociais, jurídicos e institucionais sobre a paternidade/maternidade em homens trans

Social, legal, and institutional aspects of parenthood in trans men

Aspectos sociales, jurídicos e institucionales sobre la paternidad/maternidad en hombres trans

Kassandra Santos Costa[1], Keith Pereira Herculano da Silva[1], Hervana Alves Castro[1], Karla Vitória Figueiredo da Silva[1], Karla dos Santos Lima de Brito[1], Ygor Gabriel Martins Dubois[1], Cíntia Clávia Mallmann Lessa[1], Jessimone Pereira de Souza[1], Tayane Moura Martins[1], Aline Andrade de Sousa[1].

RESUMO

Objetivo: Analisar e sintetizar as evidências científicas disponíveis na literatura sobre os desafios sociais, jurídicos e institucionais enfrentados por homens trans no exercício da paternidade/maternidade. **Métodos:** Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), de natureza exploratória e abordagem qualitativa. A busca das evidências científicas foi realizada nas bases PubMed, Periódicos CAPES e BDTD. Foram encontrados 3.078 resultados e, após os critérios de inclusão e exclusão, 07 estudos compuseram a amostra final. **Resultados:** A análise permitiu a construção de três categorias: (1) aspectos psicossociais e identitários da gestação em homens trans; (2) desafios jurídicos e reconhecimento legal da parentalidade e (3) vínculo parental e experiência da parentalidade. Os achados revelam negligência de direitos legalmente assegurados, invisibilização institucional, impactos negativos na saúde mental e ausência de suporte legal e assistencial adequado, revelando que a parentalidade de homens trans permanece marcada por estigmas, exclusões e negações. **Considerações finais:** Faz-se urgente a reformulação de normativas legais e de práticas institucionais em saúde,de modo a assegurar justiça reprodutiva e o reconhecimento pleno da diversidade das vivências parentais transmasculinas.

Palavras-chave: Homens-trans, Gestação, Parentalidade, Maternidade.

ABSTRACT

Objective: To analyze and synthesize the scientific evidence available in the literature regarding the social, legal, and institutional challenges faced by transgender men in the exercise of fatherhood/motherhood. **Methods:** This study consists of an Integrative Literature Review (ILR) of an exploratory nature with a qualitative approach. The search for scientific evidence was conducted in the PubMed, CAPES Journals Portal, and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). A total of 3,078 records were identified, and after applying the inclusion and exclusion criteria, 07 studies comprised the final sample. **Results:** The analysis allowed the construction of three categories: (1) psychosocial and identity-related aspects of pregnancy among transgender men; (2) legal challenges and legal recognition of parenthood; and (3) parental bonding and the experience of parenthood. The findings reveal negligence of legally guaranteed rights, institutional invisibility, negative impacts on mental health, and the absence of adequate legal and care-

[1] Universidade do Estado do Pará (UEPA), Altamira – PA.

SUBMETIDO EM: 2/2026 | **ACEITO EM: 3/2026** | **PUBLICADO EM: 5/2026**

related support, demonstrating that the parenthood of transgender men remains marked by stigma, exclusion, and denial. **Final considerations:** There is an urgent need to reform legal regulations and institutional health practices in order to ensure reproductive justice and the full recognition of the diversity of transmasculine parental experiences.

Keywords: Trans men, Pregnancy, Parenthood, Maternity.

RESUMEN

Objetivo: Analizar y sintetizar la evidencia científica disponible en la literatura sobre los desafíos sociales, jurídicos e institucionales que enfrentan los hombres trans en el ejercicio de la paternidad/maternidad. **Métodos:** Se trata de una Revisión Integrativa de la Literatura (RIL), de carácter exploratorio y con enfoque cualitativo. La búsqueda de evidencias científicas se realizó en las bases de datos PubMed, Portal de Periódicos CAPES y la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). Se identificaron 3.078 registros y, tras la aplicación de los criterios de inclusión y exclusión, 07 estudios conformaron la muestra final. **Resultados:** El análisis permitió la construcción de tres categorías: (1) aspectos psicosociales e identitarios de la gestación en hombres trans; (2) desafíos jurídicos y reconocimiento legal de la parentalidad; y (3) vínculo parental y experiencia de la parentalidad. Los hallazgos revelan negligencia de derechos legalmente garantizados, invisibilización institucional, impactos negativos en la salud mental y ausencia de soporte legal y asistencial adecuado, evidenciando que la parentalidad de los hombres trans permanece marcada por estigmas, exclusiones y negaciones. **Consideraciones finales:** Se hace urgente la reformulación de normativas legales y de prácticas institucionales en salud, con el fin de garantizar la justicia reproductiva y el reconocimiento pleno de la diversidad de las vivencias parentales transmasculinas.

Palabras clave: Hombres trans, Gestación, Parentalidad, Maternidad.

INTRODUÇÃO

A parentalidade é compreendida como conjunto de práticas e comportamentos adotados durante o exercício da função parental, influenciando assim, significativamente no desenvolvimento sócio emocional, educacional e psicológico da criança, indo além da mera dimensão biológica da reprodução e abrangendo também as relações afetivas e educativas que promovem o vínculo e o cuidado entre pais e filhos (ALVES VF et al., 2022; OLIVEIRA PFA, et al., 2024).

Nesse sentido, a parentalidade é tradicionalmente associada a papéis de gênero cisnormativos, e têm sido ressignificada pelas vivências de homens trans que gestam, dão à luz e cuidam de seus filhos, experiências essas que desafiam as estruturas sociais, jurídicas e institucionais ainda pouco preparadas para acolher a diversidade de identidades de gênero (DANTAS DS, et al., 2023).

Embora tenham ocorrido progressos normativos, como a publicação do Provimento nº 73/2018 pelo Conselho Nacional de Justiça, regulamentando a retificação de nome e gênero no registro civil sem o requisito de laudos ou decisões judiciais, ainda permanecem barreiras à concretização dos direitos**,** sobretudo no reconhecimento jurídico da parentalidade, no uso do nome escolhido para o reconhecimento social e para humanização do atendimento (BATTAGLIN BA e OPUSZKA PR, 2023; SILVA GC, et al., 2024).

Nesse contexto, homens trans enfrentam múltiplos desafios ao longo do processo gestacional e parental, entre eles a invisibilidade institucional, a discriminação e as falhas nos serviços de saúde, que ainda operam majoritariamente sob uma lógica binária, desconsiderando suas especificidades e resultando em atendimentos marcados pelo despreparo profissional e pela deslegitimação de suas identidades (PRESGRAVE ABFR, et al., 2021; SOLKA AC e ANTONI C, 2020).

A violência institucional, é caracterizada por práticas que invisibilizam e desautorizam as identidades trans, manifestando-se tanto em barreiras burocráticas, como também pela falta de acolhimento em locais públicos, aprofundando a marginalização já vivida socialmente, tal realidade contribui diretamente para o adoecimento psíquico de homens trans gestantes, que frequentemente enfrentam quadros de ansiedade, depressão,

isolamento e sofrimento emocional intensificado, principalmente ao se depararem com os serviços de saúde que deveriam ser ambientes de cuidado, mas acabam se tornando fontes de violência simbólica (BORGERT V, et al., 2023; LEAL GC, et al., 2025).

Assim, torna-se urgente a reformulação das práticas institucionais e diretrizes governamentais, visando o fortalecimento da igualdade, o respeito à autodeterminação de gênero e à garantia dos direitos parentais de homens trans no Brasil (DANTAS DS, et al., 2025). As barreiras ainda existentes comprometem a vivência plena da parentalidade e afetam a saúde mental desses indivíduos, ao reforçarem a invisibilidade e dificultarem o acesso a serviços essenciais (DANTAS DS et al., 2023).

Portanto, ao analisar as produções acadêmicas sobre os desafios sociais, jurídicos e institucionais enfrentados por homens trans na gestação e maternagem, busca-se compreender essas experiências para apoiar melhorias nas políticas públicas e promover o respeito à diversidade identitária.

MÉTODOS

Este estudo é caracterizado por uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), de natureza exploratória com abordagem qualitativa. A condução do estudo seguiu o referencial metodológico proposto por Mendes KDS, et al. (2008), estruturado em seis etapas sequenciais: (1) formulação da questão norteadora; (2) levantamento da literatura pertinente; (3) categorização dos estudos selecionados; (4) avaliação crítica das publicações incluídas; (5) interpretação dos resultados obtidos; e (6) apresentação dos achados da revisão.

Dessa forma, o trabalho foi norteado pela seguinte questão: *Quais os desafios e dificuldades sociais, jurídicos e institucionais enfrentados por homens trans durante a gestação e a maternidade?* Para construção da pergunta, utilizou-se o acrômio PICo, no qual o componente “P” (População) refere-se a “Homens trans”; o “I” (Intervenção) às “evidências científicas”; e o “Co” (Contexto) abrange os “Vivências sociais, jurídicas e institucionais da paternidade/maternidade.”.

A busca dos estudos foi desenvolvida através de estratégias específicas nas bases de dados PubMed, Periódicos CAPES e BDTD, com o uso de descritores combinados pelo operador booleano AND.

Na PubMed, os termos utilizados incluíram: “Pregnancy” AND “Trans man”, “Pregnancy” AND “Trans people” e “Maternity” AND “Trans people”. Já nas bases CAPES e BDTD, foram aplicadas as seguintes combinações: “Gestação” AND “Homens trans”, “Gestação” AND “Pessoas trans” e “Maternidade” AND “Pessoas trans”.

Foram definidos critérios de inclusão: artigos, teses e dissertações publicadas nos últimos cinco anos (2020 a 2025), disponíveis em português ou inglês, em texto completo e gratuitos. Excluíram-se artigos, teses e dissertações duplicados, publicações incompletas ou com resultados parciais, que não respondessem à questão central da pesquisa ou publicados antes do ano de 2020.

Melnyk BM e Fineout-Overholt E (2005) propuseram uma hierarquia de níveis de evidência, a qual foi utilizada para determinar os níveis de evidência dos estudos incluídos, sendo dividida em sete níveis:

a) **Nível I**: Revisões sistemáticas ou meta-análises de ensaios clínicos randomizados;

a) **Nível II**: Ensaios clínicos randomizados bem delineados;

b) **Nível III**: Ensaios clínicos bem conduzidos, mas sem randomização;

c) **Nível IV**: Estudos de coorte e de caso-controle bem estruturados;

d) **Nível V**: Revisões sistemáticas de estudos descritivos ou qualitativos;

e) **Nível VI**: Estudos descritivos ou qualitativos isolados;

f) **Nível VII**: Opiniões de especialistas ou diretrizes baseadas em consenso.

A partir da análise temática de conteúdo, embasada na proposta de Bardin L (2016), foi possível realizar a codificação dos dados e o delineamento de categorias analíticas. Essa etapa consistiu na transformação dos dados brutos em unidades significativas (códigos), que foram agrupados conforme suas semelhanças,

originando três categorias temáticas que possibilitaram uma compreensão aprofundada da temática da pesquisa. Ao todo, foram identificados 12 códigos, os quais embasaram a formação de 3 categorias temáticas.

Para suporte da análise, foi realizado o fichamento dos materiais selecionados, contendo informações como: identificação do estudo, local da pesquisa, área da revista, aspectos metodológicos e análise temática do conteúdo.

RESULTADOS

Quanto ao perfil bibliométrico das 07 evidências científicas integradas na RIL, 06 (85,7%) foram realizadas no Brasil e 01 (14,28%) no Canadá. Quanto ao ano de publicação, os anos de 2022, 2023 e 2024 apresentaram o maior número de estudos, com 02 artigos cada, totalizando 28,57% das publicações.

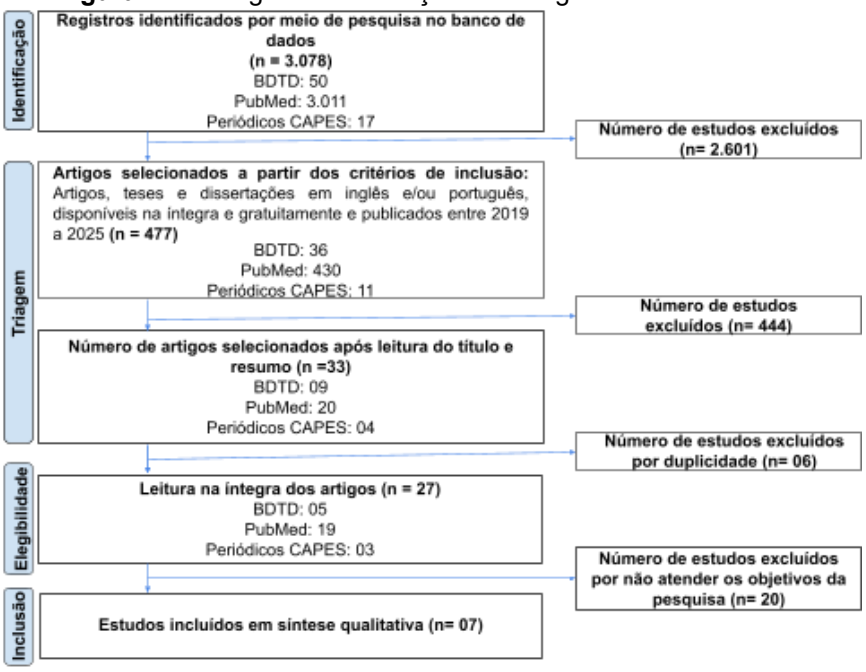
Em relação ao tipo de publicação, destaca-se 03 (42,85%) dissertações desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação em Enfermagem, Psicologia e Saúde Pública, evidenciando interesse acadêmico crescente na temática. Assim como, estudos publicados em periódicos científicos voltados à saúde pública, como a revista *Ciência & Saúde Coletiva* com 2 (28,57%) artigos.

Referente à abordagem metodológica, 100% dos estudos utilizaram a abordagem qualitativa, a maioria de caráter descritivo, presente em (04) artigos 57,14%. No que tange ao recorte temporal, predominou-se estudos de análise longitudinal (07) 100%. Quanto aos procedimentos técnicos, prevaleceram os estudos de campo, com (05) artigos 71,42%, seguidos por (02) estudos de caso 28,57%.

A busca das evidências científicas nas bases de dados, culminou em 3.078 estudos distribuídos na PubMed, BDTD e Periódicos CAPES (**Figura 1**). Após empregar os critérios de inclusão, resultaram em 477 estudos. Após a leitura dos títulos e resumos resultou na amostra de 33 publicações, sendo 6 eliminadas por duplicidade.

A etapa seguinte consistiu na leitura completa de 27 trabalhos, dos quais 20 foram descartados por não atenderem ao objetivo da pesquisa. Após o término desse processo, 07 estudos atenderam aos critérios estabelecidos, compondo a síntese qualitativa final desta RI

Figura 1 - Fluxograma da seleção dos artigos incluídos na RIL.



Fonte: Costa KS, et al., 2026.

É apresentado no **Quadro 1**, um panorama dos estudos incluídos conforme as características a seguir: ano, autores, título, objetivo, metodologia e nível de evidência.

Quadro 1 - Categorização dos estudos incluídos na RIL de acordo com o ano de publicação, título, metodologia e nível de evidência.

Ano	Autores	Título	Objetivo	Metodologia	Nível de evidência
2021	PEREIRA PLN.	De barba e barrigão: Histórias de gestação e parentalidade de homens trans.	Compreender como os homens trans experienciaram a gestação e como eles exercem a parentalidade.	Estudo de campo, transversal, exploratória com abordagem qualitativa.	**VI**
2022	BARROS LHAP.	Transpaternidades em existência: repertórios e aproximações sobre a experiência de gestação e cuidado por um homem trans pai.	Analisar os repertórios linguísticos por um homem trans pai que gestou sua filha, sobre o exercício do cuidado.	Estudo de caso, transversal, descritiva com abordagem qualitativa.	**VI**
2022	PEREIRA DMR.	Representações sociais da gestação entre homens trans.	Conhecer os significados e experiências da gestação entre homens trans, à luz da Teoria das Representações sociais de Serge Moscovici e seguidores.	Estudo de campo, transversal, descritiva e exploratória com abordagem qualitativa.	**VI**
2023	DANTAS DS, et al.	Sentidos e significados de parentalidade entre homens trans que engravidaram antes da transição de gênero.	Compreender os sentidos e significados do exercício parental entre homens trans que engravidaram antes da transição de gênero, com base nas teorias sociais de gênero.	Pesquisa de campo, transversal, descritiva de abordagem qualitativa	**VI**
2023	PARKER G, et al.	Enfrentando o desafio da inclusão trans e não-binária na educação em obstetrícia: Reflexões de educadores em Aotearoa e Ontário, Canadá.	Apresentar as reflexões críticas de educadores de obstetrícia localizados em dois programas de obstetrícia em Aotearoa 1 e Ontário, Canadá, que estão engajados em enfrentar o desafio da inclusão trans e não-binária em seus contextos locais.	Estudo de campo, transversal, descritiva com abordagem qualitativa.	**VI**
2024	MARTTIN G.	Transmasculinidades e o colapso no (cis)temas de saúde: dilemas emergentes no campo da saúde sexual e reprodutiva	Identificar no relato dos interlocutores, as principais barreiras no acesso aos serviços de saúde especializados em saúde sexual e reprodutiva, os principais incômodos perante a assistência, e quais as estratégias construídas por eles para a fuga da transfobia institucional e busca por informações e cuidado.	Estudo de campo, transversal, exploratória com abordagem qualitativa.	**VI**
2024	MASCARENHAS RNS.	Homem trans e gestação paterna: experiências durante o período gravídico- puerperal.	Analisar as experiências de um homem trans durante o período gravídico-puerperal e a perspectiva de enfermeiras obstetras em formação, a partir das dinâmicas e da organização dos cuidados de saúde obstétricos em ambiente hospitalar.	Estudo de caso, transversal, descritiva com abordagem qualitativa.	**VI**

Fonte: Costa KS, et al., 2026.

DISCUSSÃO

Após a análise qualitativa emergiram 3 categorias temáticas sobre os desafios e dificuldades sociais, jurídicas e institucionais sobre a paternidade/maternidade em homens trangêneros: 1) Aspectos psicossociais e identitários da gestação em homens trans; 2) Desafios jurídicos e reconhecimento legal da parentalidade e 3) Vínculo parental e experiência da parentalidade.

1) Aspectos psicossociais e identitários da gestação em homens trans

O processo gestacional em homens trans é permeado por complexas questões identitárias e psicossociais, especialmente diante da interrupção da hormonização e das transformações corporais inerentes ao processo (MASCARENHAS RNS, et al., 2024).

No que se refere, a interrupção do uso da testosterona, torna-se necessária para possibilitar a concepção e assegurar a continuidade da gestação, podendo assim, intensificar quadros de disforia e consequentemente impactar significativamente na saúde mental dos indivíduos, visto que reacende características corporais tradicionalmente associadas ao feminino, tais como o desenvolvimento das mamas e a expansão abdominal (MASCARENHAS RNS, et al., 2024).

Essas mudanças corporais são frequentemente percebidas como um retrocesso na masculinização, provocando a sensação de perda e desvinculamento da identidade pessoal, bem como a impressão de que a gestação anula anos de construção corporal conquistados com esforço ao longo da transição de gênero (PEREIRA DMR, 2022). Por vezes, esse impacto psicológico é agravado, levando a quadros de automutilação, pensamentos suicidas e rejeição ao próprio corpo (MASCARENHAS RNS, et al., 2024).

A maneira como o corpo gestante é vista como incompatível com a identidade masculina favorece a intensificação da disforia corporal afetando autoestima, desejo sexual e qualidade das relações afetivas durante a gestação, devido homens trans deixam de se sentir desejados e enfrentam conflitos internos relacionados à imagem corporal e ao apagamento da identidade masculina (PEREIRA DMR, 2022).

Em resposta às mudanças corporais, algumas estratégias são utilizadas a fim de ocultar as modificações corporais, como a utilização de *binders* (peça de roupa utilizada para comprimir os seios), fitas, roupas largas e coletes, apesar de gerarem desconfortos físicos como dor, marcas na pele e prejuízos posturais, são mecanismos de reafirmação da identidade de gênero (PEREIRA DMR, 2022; MARTTIN G, 2024).

Somado a isso, o uso de vestimentas específicas, mesmo sob condições climáticas desfavoráveis, reflete o esforço constante para evitar o estigma e manter-se reconhecido como homem (PEREIRA DMR, 2022). Sendo assim, o isolamento social surge como estratégia alternativa frente ao sofrimento, no qual muitos homens trans escolhem viver a gestação de maneira reclusa, evitando espaços públicos e interações familiares, em uma tentativa de autoproteção frente ao olhar julgador e à exclusão social (PEREIRA PLN, 2021).

Esse cenário evidencia-se não apenas a apreensão de possível rejeição, mas também reforça a escassez de narrativas sociais que legitimem suas experiências gestacionais (GREENFIELD M e DARWIN Z, 2021; MARTTIN G, 2024).

Apesar das adversidades, também são observadas alternativas de enfrentamento e aceitação, como a compreensão de que as modificações corporais são temporárias e visam o bem-estar do filho, auxiliando alguns homens trans para que consigam encontrar maneiras de enfrentar o processo (PEREIRA DMR, 2022). A reafirmação da masculinidade é, por vezes, retomada por meio de ações simbólicas e planejamentos futuros, como a realização de cirurgias afirmativas no pós-parto (PEREIRA PLN, 2021).

A vivência gestacional, não se limita às mudanças físicas, envolve também preocupações em relação ao futuro dos filhos, especialmente quanto à inserção social e à possibilidade de sofrerem discriminação por serem filhos de pais trans, tais apreensões são potencializadas pela cisheteronormatividade presente nos espaços institucionais, revelando o impacto social da paternidade trans (BARROS LHAP, 2022).

Somado a essas questões, destaca-se o desejo ao reconhecimento na posição de pai, em oposição ao de mãe, trata-se de uma reivindicação, uma luta por reconhecimento simbólico e social, essa busca confronta normas culturais relacionadas ao gênero e à parentalidade, e expõe a fragilidade dos discursos hegemônicos que ainda insistem em associar a gestação exclusivamente à identidade feminina (NORRIS M e BORNESKOG C, 2022).

Esse cenário se agrava no contexto laboral, onde a discriminação estrutural afeta diretamente na vivência gestacional, uma vez que, decidem deixar seus empregos por medo de comentários transfóbicos e da exposição da sua identidade de gênero, decisão motivada pelo receio de julgamentos de colegas e clientes, comprometendo assim a inserção social desses indivíduos (MARTTIN G, 2024).

Ademais, a ausência de redes de apoio social e a constante negação institucional da paternidade trans reforçam o cenário de vulnerabilidade e sofrimento, comprometendo a possibilidade de uma vivência plena e digna da parentalidade (DANTAS DS, et al., 2023; GREENFIELD M e DARWIN Z, 2021).

Diante disso, a gestação em homens trans é permeada por desafios que envolvem aspectos identitários, emocionais e sociais, que refletem a insuficiência de estruturas institucionais preparadas para acolher essa vivência de forma plena.

A disforia corporal, o isolamento social e o apagamento da identidade masculina revelam um cenário de vulnerabilidade intensificado pela carência de reconhecimento e suporte adequado. Dessa forma, faz-se necessário o fortalecimento de políticas públicas e práticas assistenciais que promovam o respeito à diversidade de experiências parentais, assegurando o direito à gestação e à parentalidade com dignidade e equidade.

2) Desafios jurídicos e reconhecimento legal da parentalidade

O reconhecimento legal da paternidade exercida por homens trans gestantes representa um dos principais entraves enfrentados por essas famílias, uma vez que a estrutura jurídico-social vigente ainda associa a gestação exclusivamente à figura feminina, desconsiderando as experiências de parentalidade vividas por pessoas trans (NETTO MCFS, 2022).

Tal estrutura, ao operar sob lógicas cisnormativas, inviabiliza o reconhecimento pleno da paternidade transmasculina, resultando em exclusões simbólicas e burocráticas que atravessam desde o pré-natal até o registro civil da criança (NETTO MCFS, 2022; BARROS LHAP, 2022).

A máxima jurídica *mater semper certa est*, que traduzida significa “a mãe é sempre certa”, estabelece que a pessoa que gesta é juridicamente considerada mãe, esse princípio, consolidado historicamente no direito civil, parte da presunção biológica e visível da maternidade, ao contrário da paternidade, que seria presumida ou contestável (DIAS AP, 2022).

No entanto, sua aplicação automática desconsidera identidades transmasculinas gestantes, reforçando uma lógica cisnormativa que invisibiliza outras formas legítimas de parentalidade, esse entendimento se revela insuficiente diante das transformações sociais e das novas configurações familiares, exigindo a revisão dos marcos legais para que contemplem a diversidade de gênero e garantam o pleno reconhecimento da paternidade trans (SOUZA MC e ALMEIDA R, 2022).

O princípio jurídico *mater semper certa est*, a mãe é sempre certa, reforça o entendimento tradicional, presumindo que a pessoa gestante é necessariamente uma mulher. Negando na prática, o direito de homens trans ao reconhecimento legal como pais e os expõe a sistemas cartoriais e hospitalares que vincula automaticamente a gestação à categoria "mãe" (NETTO MCFS, 2022).

Essa exclusão também se manifesta em dificuldades nos prontuários médicos e documentos de filiação, como evidenciado por relatos de profissionais que se recusaram a registrar a identidade de gênero correta dos pais trans (BARROS LHAP , 2022).

Apesar de existirem experiências positivas, como a de um casal trans em que o homem trans foi registrado como pai e a mulher trans como mãe, sem impedimentos legais, essas ainda são exceções que ocorrem à margem do sistema devido à ausência de normativas específicas que garantam esse direito de forma ampla (NETTO MCFS, 2022).

Porém, na maioria dos casos, existem barreiras, principalmente no preenchimento de documentos oficiais, como o da Declaração de Nascido Vivo (DNV), com exclusão da mãe não gestante e ausência de reconhecimento da dupla parentalidade trans, dificultando o acesso à filiação e ao vínculo jurídico com o bebê (MASCARENHAS RNS, et al., 2024).

Essa exclusão institucional é sustentada por mecanismos burocráticos que negligenciam a legitimidade das identidades trans masculinas, em serviços de saúde e cartórios, no qual homens trans frequentemente enfrentam recusas explícitas ao uso do nome social, somadas às falhas nos sistemas informatizados que os impedem de acessar direitos básicos como qualquer outro pai (PEREIRA PLN, 2021).

A utilização do nome social, embora previsto em políticas públicas, permanece operando como um mecanismo de reconhecimento limitado, essa fragilidade se revela nos entraves da retificação do registro civil, processo notoriamente burocrático e demorado, comprometendo o acesso efetivo aos seus direitos, especialmente na área da saúde sexual e reprodutiva (DANTAS DS, et al., 2023).

No âmbito familiar, a gestação de uma pessoa trans pode desencadear conflitos e rupturas nos laços afetivos internos, pois muitos familiares, especialmente pais e mães, negam ou não reconhecerem a experiência de gestar como parte legítima da paternidade, sendo essa rejeição responsável por impactar diretamente o vínculo familiar (PEREIRA PLN, 2021).

Nesse contexto, emerge o conceito de transparentalidade, compreendido como a necessidade de reconhecer juridicamente as diversas configurações familiares vivenciadas por pessoas trans, tal conceito propõe a reformulação das normas legais de forma a contemplar a diversidade familiar contemporânea e assegurar a validade das experiências parentais transmasculinas (NETTO MCFS, 2022).

Concomitantemente, a Abordagem Feminista Interseccional (AFI) possibilita a ampliação da análise dessas barreiras, ao associar a experiência trans com outras formas de opressão como racismo, capacitismo e desigualdade de classe, essa perspectiva propõe revisões profundas nas normas legais e organizacionais, a fim de promover justiça reprodutiva alicerçada na equidade e na valorização das diferentes expressões de gênero (PARKER G, et al., 2023).

Logo, os desafios jurídicos enfrentados por homens trans gestantes evidenciam a necessidade urgente de mudanças legislativas capazes de reconhecer a diversidade das experiências parentais que ultrapassam os padrões cisheteronormativos, a fim de assegurar cidadania plena, justiça reprodutiva e equidade de gênero, de acordo com os princípios constitucionais da dignidade humana e da valorização da diversidade nas configurações familiares.

3) Vínculo parental e experiência da parentalidade

A construção da vivência da parentalidade trans é atravessada por desafios únicos que envolvem aspectos físicos, sociais e emocionais, evidenciando a necessidade urgente de suporte psicológico especializado durante a gestação, puerpério e ao longo da vida parental (PEREIRA PLN, 2021).

Paralelamente, destaca-se o isolamento, estratégia frequentemente adotada como forma de proteção por homens trans lactantes, dado que a transfobia e a cisnormatividade presentes em ambientes públicos transformam momentos, como a amamentação em uma ocasião de vulnerabilidade, sendo marcado por julgamentos e olhares que os deslegitimam enquanto pais, conforme relatado no estudo de Barros LHAP (2022), que apesar de considerarem a amamentação um ato de afeto, homens trans enfrentam pressão social para interromper esse cuidado, devido a hostilidade do ambiente, o que os leva restringir a prática ao espaço doméstico, onde encontram segurança e acolhimento.

Por outro lado, a exclusão social e marginalização não atinge apenas os homens trans gestantes, mas também seus parceiros (as), apesar da participação ativa no processo de cuidado gestacional, especialmente durante o acompanhamento pré-natal, muitas vezes esses parceiros(as) são excluídos das atribuições parentais pelas próprias instituições de saúde, gerando afastamento e, consequentemente, enfraquecendo o vínculo com a rede de atenção à saúde (BARROS LHAP, 2022; DANTAS DS, et al., 2023).

Diante desse cenário marcado por desafios emocionais, exclusões institucionais e estratégias de proteção frente à transfobia e à cisnormatividade, reconhecer que, mesmo atravessada por essas violências, a experiência da parentalidade trans se constrói a partir de vínculos afetivos profundos, reafirmando que o vínculo parental não depende da conformidade com padrões normativos, mas sim da dedicação, do afeto e da resistência em afirmar-se como pai, mãe ou cuidador em contextos que ainda insistem em invisibilizar essas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidência que a gestação em homens trans é marcada por vulnerabilidades psicossociais, jurídicas e sociais, decorrentes da cisnormatividade, da lógica binária de gênero e da ausência de diretrizes institucionais, o que dificulta o reconhecimento legal e social da parentalidade. Ainda que enfrentam isolamento e insegurança, homens trans constroem estratégias de resistência para afirmar sua identidade e o exercício da parentalidade, evidenciando a necessidade de mudanças legais, institucionais e socioculturais, bem como de políticas públicas e práticas de cuidado que garantam dignidade, equidade e respeito à diversidade de gênero.

REFERÊNCIAS

1. ALVES VF, et al. Avaliação da parentalidade: características das pesquisas e dos testes disponíveis no Brasil. Psico-USF, 2022; 1-15.
2. BARDIN L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
3. BARROS LHAP. Transpaternidades em Existência: repertórios e aproximações sobre a experiência de gestação e cuidado por um homem trans pai. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.
4. BASANTA SF, et al. Conception, pregnancy, and childbirth from the perspective of transgender men: a meta-ethnography. Women And Birth, 2024; 37(5): 1-11.
5. BATTAGLIN BA, OPUSZKA PR. O dilema da cidadanização das pessoas transgênero no Provimento n. 73/2018 do CNJ. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, 2023; 18(1): e67435.
6. BORGERT V, et al. A gente só quer ser atendida com profissionalismo: experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em curitiba-pr, brasil. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2023; 33(1): 1-20.
7. DANTAS DS, et al. Homens trans que engravidaram e o exercício da parentalidade: desafios à política nacional de atenção integral à saúde do homem. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 2025; 1(29): 1-18.
8. DANTAS DS, et al. Sentidos e significados de parentalidade entre homens trans que engravidaram antes da transição de gênero. Ciência & Saúde Coletiva, 2023; 29(4): 1-10.
9. DIAS AP. O princípio mater semper certa est e os desafios da parentalidade transmasculina. Revista Direito e Práxis, 2022; 13(4): 1287-1305.
10. GREENFIELD M, DARWIN Z. Trans and non-binary pregnancy, traumatic birth, and perinatal mental health: a scoping review. International Journal Of Transgender Health, 2020; 22(1-2): 203-216.
11. LEAL GC, et al. Institutional Violence Perpetrated Against Transgender Individuals in Brazilian Healthcare Services: a conceptual analysis based on foucaults microphysics of power. International Journal Of Environmental Research And Public Health, 2025; 22(11): 1655.
12. MARTTIN G. Transmasculinidades e o colapso no (cis)temas de saúde: dilemas emergentes no campo da saúde sexual e reprodutiva. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024; 108 p.
13. MASCARENHAS RNS, et al. Homem trans e gestação paterna: experiências durante o período gravídico-puerperal. Ciência & Saúde Coletiva, 2024; 29(4): 1-11.
14. MELYNK BM, FINEOUT-OVERHOLT E. Making the case for evidence-based practice.In: Melnyk BM, Fineout-Overholt E. Evidence-based practice in nursing & healthcare. A guide to best practice. Philadelphia: Lippincot Williams & Wilkins, 2008.

15. MENDES KDS, et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto - Enfermagem, 2008; 17(4): 758-764.
16. NETTO MCFS. Uma (Re)leitura da Presunção Mater semper certa Est ante a viabilidade de gravidezes masculinas: qual a solução jurídica para atribuição da paternidade de homens trans que gestam seus próprios filhos?. Revista Brasileira de Direito Civil: RBDCivil, Belo Horizonte, 2022; 31(1): 255-273.
17. NORRIS M, BORNESKOG C. The Cisnormative Blindspot Explained: healthcare experiences of trans men and non-binary persons and the accessibility to inclusive sexual & reproductive healthcare, an integrative review. Sexual & Reproductive Healthcare, 2022; 32: 1-9.
18. OLIVEIRA PFA, et al. Parentalidade e transexualidade: cuidados ao homem transgênero durante a concepção, gravidez e puerpério. Journal Of Medical And Biosciences Research, 2024; 1(4): 23-37.
19. PARKER G, et al. Taking up the challenge of trans and non-binary inclusion in midwifery education: reflections from educators in aotearoa and ontario canada. Midwifery, 2023; 118(1): 1-8.
20. PEREIRA DMR. Representações Sociais da Gestação Entre Homens Trans. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022; 117 p.
21. PEREIRA PLN. De Barba e Barrigão: histórias de gestação e parentalidade de homens trans. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado Acadêmico em Saúde da Criança e da Mulher, Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2021; 160 p.
22. PRESGRAVE ABFR, et al. Pais que dão à luz: como o direito brasileiro regulamenta o registro dos filhos de transgêneros?. Instituto Brasileiro de Direito de Familia, 2021; 1: 1-8.
23. SILVA GC, et al. Homens transexuais e gestação: uma revisão integrativa da literatura. Ciência & Saúde Coletiva, 2024; 29(4): 1-12.
24. SOLKA AC, ANTONI C. Homens trans: da invisibilidade à rede de atenção em saúde. Saúde e Desenvolvimento Humano,2020; 8(1): 1-7.
25. SOUZA MC, ALMEIDA R. Parentalidade e direito: o princípio *mater semper certa est* e a diversidade familiar contemporânea. Revista Brasileira de Enfermagem, 2022; 75: e20210444.